



## *Ignácio de Mourão Rangel\**

**I**gnácio de Mourão Rangel nasceu em 1914 no Maranhão. Formado em Direito, participou da Revolução de 1930, depois se aproximou do Partido Comunista e integrou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), colocada na ilegalidade em 1935. Na prisão, estudou História e Economia como autodidata. Iniciou então uma revisão crítica das principais teses defendidas pela esquerda. Sempre se considerando um socialista, passou a buscar a especificidade do desenvolvimento brasileiro, recusando a simples adaptação de teorias importadas. Trabalhou na assessoria econômica de Getúlio Vargas, ajudou a elaborar os projetos da Petrobras e da Eletrobrás, foi chefe do Departamento Econômico do BNDE, participou da execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e integrou o Conselho de Desenvolvimento. Sua militância intelectual se estendeu ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a centros universitários e ao Clube dos Economistas. Faleceu em 1994.

---

\* Entrevistado em por Ângela Coronel, Francisco Marcelo, José Eduardo (não foi possível identificar o sobrenome do entrevistador) e Carlos Telles Menezes. Desconhece-se a data em que a entrevista foi realizada.

### **Qual foi a formação profissional do senhor e o que fez antes de chegar ao BNDE<sup>41</sup>?**

Antes de chegar ao BNDE trabalhei numa empresa comercial no meu estado, o Maranhão. Foi quando comecei a tomar interesse pelos assuntos econômicos. Depois vim para o Rio, onde fui jornalista, escrevendo artigos assinados, até que, em novembro de 1952, a assessoria do presidente Vargas<sup>22</sup> me chamou para participar da elaboração de um projeto de lei. Parece que o interesse maior seria a participação de um advogado, de um jurista, mas acabei me integrando à equipe e, por cooptação, fui sendo inserido nela. Participei como relator do projeto de lei da Eletrobrás<sup>57</sup> e trabalhei no Plano Nacional de Eletrificação<sup>241</sup> e em todos os projetos importantes, como o da Petrobras<sup>235</sup> e o do Plano do Carvão<sup>242</sup>, que estavam a cargo da assessoria econômica do presidente. Terminada essa tarefa, fui indicado para o BNDE, que na época estava recebendo funcionários interinamente. Nesta condição de funcionário interino fui mandado para as Nações Unidas<sup>230</sup>, em Santiago do Chile, onde fiz um curso. Na época, o “projetamento” era completamente desconhecido no Brasil e, por iniciativa minha, as Nações Unidas reorganizaram o curso de maneira a lhe dar uma estruturação adequada para esse fim. Fui talvez o primeiro economista que veio com formação especial em análise de projetos. Voltei ao Banco e fui imediatamente promovido a chefe de setor. Teoricamente, o meu setor seria o de Análise de Mercado, mas, na verdade, era o setor incumbido dos projetos de energia elétrica. A partir de então, fiz tudo o que se podia fazer dentro do Departamento Econômico. Cheguei à chefia do Departamento e à coordenação da equipe do Conselho do Desenvolvimento<sup>85</sup>. Estive em todos os cargos que um técnico pode ocupar, mas nunca exerci nenhuma função administrativa, de diretor ou de conselheiro.

### **Qual era o debate econômico do pós-guerra?**

O debate econômico do Brasil do pós-guerra era pequeno, porque, na verdade, os homens que se interessavam por esses assuntos interessavam-se basicamente pelo comércio exterior e pelas finanças do Estado. A ideia do desenvolvimento da industrialização como algo independente, que depois viria a se tornar o pano de fundo de todo o nosso trabalho, era novidade, exceto em algumas análises politicamente de esquerda, que pensavam a industrialização. Saímos da guerra convencidos de que havíamos entrado nela numa crise e de que, com maior razão, dela havíamos saído em crise. Que nós estivéssemos em 1948 entrando na fase mais formidável do processo de desenvolvimento que a História registra,

isso ninguém pensava. Não obstante, a realidade foi exigindo a formação de homens, que o Brasil não tinha, para tal tarefa. A primeira turma de economistas propriamente formados na profissão foi a de 1947, 1948. A economia era uma das cadeiras do curso de Direito e era ainda muito elementar. Nós não éramos como a França, onde as faculdades de Direito eram de fato faculdades de Economia. Nossas faculdades eram faculdades de Direito, com uma cadeira de Economia. A primeira turma da Faculdade de Direito do Maranhão que tomou interesse sério pela Economia – tão a sério que acabamos expulsando o professor da cadeira – foi a minha, em que estávamos eu e Ewaldo Correa Lima<sup>114</sup>, ambos apaixonados pelo assunto. Nós acabaríamos vindo a nos encontrar de novo no trabalho. No Brasil não se pensava ainda num projeto de desenvolvimento integrado à visão como a que CEPAL<sup>66</sup> nos trouxe. Resolviam-se os problemas de maneira imediata, acertando-se as finanças do Estado, tapando-se o buraco do déficit do balanço de pagamentos, e assim por diante. A certa altura, o Brasil tornou-se consciente de que tinha de se aplicar a fundo nesse problema, de que não havia preparado homens para isso, o que não tem nada de extraordinário, o Brasil é assim. Sempre, ao lançar-se numa tarefa, precisa com urgência de material humano que leva anos para ser formado. Ninguém se antecipou na formação desse pessoal. A primeira turma de engenheiros automobilistas foi formada quando a indústria já estava instalada. Mas havia homens que estudavam o assunto, como era o meu caso, o de Ewaldo Correa Lima e, em outra área, o de Roberto Campos. A certa altura, a Confederação Nacional da Indústria<sup>81</sup> encomendou-me um trabalho sobre o desenvolvimento da África, e foi graças a ele que acabei sendo chamado para a Presidência da República. E, assim, outros homens foram se formando, situação inteiramente diferente da de hoje, em que temos quadros da melhor formação começando a fazer perguntas opostas à nossa. Nós éramos confrontados com uma tarefa acima de nossas forças.

**Tem-se a impressão de que, no imediato pós-guerra, o debate sobre a questão econômica brasileira girava em torno do aparelho de Estado e dos funcionários públicos. Esteve presente, em algum momento, a discussão sobre quais seriam os grandes temas nacionais, um pensamento oriundo das classes empresariais?**

Creio que o empresariado começou a tomar interesse pela economia política propriamente, que não era diferente da problemática de sua firma, de seu grupo, ou de seu estado, em 1945, na I CONCLAT<sup>82</sup>, em que, pela primeira vez, mediamos

as associações, que na época eram basicamente as associações comerciais. Quando vim para o Rio, vim como assessor da Associação Comercial de meu estado. Foi a primeira manifestação do empresariado como classe preocupado com problemas de economia propriamente política. É possível que tenha havido outras anteriormente, mas eu as desconheço. Em outras áreas houve. Por exemplo, no dia 9 de novembro de 1937, nove dias depois do golpe de Estado, foi lançado um manifesto carregado de implicações de economia política, como industrialização, indústria pesada, temas em que se começava a falar. Depois houve a criação do Conselho de Comércio Exterior<sup>86</sup>, mas isso no âmbito do serviço público. A manifestação mais antiga do empresariado, como tal, foi a I CONCLAT, em meados de 1945, quando a guerra, a rigor, ainda não havia terminado, combatia-se ainda no Japão. Nós estávamos aqui reunidos na CONCLAT quando a Alemanha se rendeu.

**Havia uma preocupação mundial na época em regular o comércio e as trocas internacionais e em aumentar o nível de interdependência das economias. Como se insere a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos<sup>68</sup> nessa preocupação de maior integração das economias mundiais, se é que ela se insere nessa preocupação?**

Não podemos nos esquecer de que na época os Estados Unidos representavam bem mais da metade da produção industrial do mundo e era quem tinha possibilidade de tirar do seu para dar aos outros. Na época em que saíamos da guerra, o Japão estava com 30% da produção industrial do mundo, mas, de modo geral, o mundo todo estava esgotado, exceto os Estados Unidos, que teve um desenvolvimento considerável durante a guerra. A produção industrial americana durante a guerra quase duplicou em relação a 1938. Era natural, portanto, que fossem os Estados Unidos que tomassem esse interesse. Os Estados Unidos saíram da guerra carregados de sua problemática de pré-guerra, em que faltavam oportunidades de investimento e em que havia desemprego. A preocupação dos americanos era que, com o cessar da guerra, tudo aquilo voltasse, de maneira que procuravam alargar seus horizontes. Não lhes agradava, em absoluto, a ideia de se fecharem de novo nos horizontes do pré-guerra. Começaram, então, a tomar interesse pela reconstrução da Europa, pela construção do Japão e pela nossa construção. Os Estados Unidos representavam um capitalismo financeiro algo diferente do europeu, que não hesitava criar em outros países, em outros lugares, um capitalismo industrial que fosse competitivo com o seu próprio capitalismo. Nenhum capitalista europeu admitiria isso, o inglês, muito menos. Para os ingleses,

o capitalismo financeiro era um instrumento do capitalismo industrial e, portanto, não iriam criar fora da Inglaterra uma indústria competitiva com a sua. Já os americanos podiam fazer isso. Os Estados Unidos penetravam, portanto, numa fase superior da evolução do capitalismo financeiro, e nós fomos beneficiados por esse fato. Graças a isso, pudemos começar a discutir o problema do desenvolvimento, o problema do planejamento – que chamávamos, ainda, discretamente, de programação, para não confundir com o planejamento socialista. Isso entrou na nossa vida pela mão dos americanos. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi um dos organismos pelos quais os Estados Unidos tentaram exercer sua hegemonia sobre a economia mundial e organizá-la a seu modo. Isso não quer dizer que o modo como organizaram a economia mundial fosse necessariamente hostil ao nosso próprio desenvolvimento, pelo fato que acabei de apontar – o de que o capitalismo financeiro americano, ao contrário do europeu e do japonês, não hesitava em projetar-se para fora de sua área, por meio da criação de um capitalismo industrial, ao passo que o capitalismo financeiro europeu era um instrumento de seu próprio capitalismo industrial. A Inglaterra não iria criar no Brasil uma indústria competitiva com a sua. Os Estados Unidos, sim.

**Como era o BNDE imaginado pela Comissão Mista, a que se destinava, que funções foram pensadas para ele, e qual foi o BNDE real? Quais foram as semelhanças e as diferenças entre o BNDE que eles pensaram para o Brasil e o BNDE que passou a existir?**

Antes de dar uma resposta específica a essa pergunta, quero lembrar que, antes da Comissão Mista, nós tivemos na América Latina e no Brasil uma campanha dos meios empresariais, encabeçada em grande parte pela Confederação Nacional de Indústria<sup>81</sup>, que era a reivindicação de um Plano Marshall<sup>240</sup> para o Brasil. De certo modo, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos encarnou uma resposta a essa provocação. Nós exigimos um Plano Marshall para a América Latina e veio a Comissão Mista. O BNDE foi, na prática, um órgão que deu um novo tratamento ao problema fundamental da intervenção do Estado na economia. Antes, o Estado intervinha basicamente por intermédio dos subsídios orçamentários. Uma vez cortados os subsídios, o Estado perdia o controle sobre eles. Inversamente, o BNDE deu a esses subsídios a forma de um mútuo, de um empréstimo. Portanto, o beneficiário do subsídio continuava a ficar preso ao Estado, por meio de um órgão especialmente criado para isso. Esse órgão tinha um Departamento de Controle, que continuava a policiar a captação de recursos,

coisa que não havia antes. Mas, o que deu aos financiamentos do BNDE o caráter de subsídio foi o fato de que a inflação não apenas continuou, como se ampliou... Foi a inflação que, nas condições de uma taxa de juros congelada no nível de 12% da Lei da Usura<sup>201</sup>, deu aos empréstimos do BNDE o caráter de subsídio implícito, que não se fazia de uma vez, mas escalonadamente, no empréstimo. Enquanto esse subsídio não se tornava eficaz, o mutuário ficava sob controle do mutuante, e isso representa, a meu ver, uma das atividades mais fundamentais do BNDE. O Estado passou a exercer um papel de polícia para as aplicações, que antes não tinha. Eu creio que ao mesmo tempo em que foi criado esse órgão aqui no Brasil por iniciativa americana foram criados órgãos semelhantes, com nomes parecidos, em numerosos países. Eu duvido que esses órgãos posteriormente tenham sido iguais; eles tiveram evoluções diferentes, respondendo às condições específicas dos países em que estavam inseridos. Consequentemente, se estamos querendo saber por que o BNDE foi o que foi, devemos buscar a resposta no Brasil, e não na intenção das pessoas que o idealizaram. A intenção era simplesmente mobilizar a contrapartida nacional dos investimentos a serem financiados pelo capital americano. Esses financiamentos externos não vieram, ou vieram em quantidade diferente da prevista, mas o BNDE cumpriu a sua parte e, evidentemente, acabou sendo instrumento de uma política que está nos fatos. Está no fato de que a nossa evolução se faz pelo escalonamento de setores, e de que começamos por montar uma indústria leve, passamos à indústria de bens intermediários, bens duráveis de consumo, indústria pesada, e agora a infraestrutura. São etapas. Cada uma das quais, correspondente a um determinado ciclo de nosso crescimento... E o BNDE foi sensível a essas mudanças. Por que o BNDE teve de fazer isso? Porque estava inserido na vida nacional e não podia ser indiferente à política nacional, de um modo geral. As empresas que recebiam seus subsídios esperavam também patrocínio político para que ele obtivesse recursos para nelas aplicar. Consequentemente, o BNDE não se podia divorciar da prioridade geral do país, e não o fez. Então, para não nos perdermos, temos de procurar saber qual foi a correlação entre a evolução do BNDE e a evolução da conjuntura nacional.

### **O conjunto das análises do projeto levaria a um conceito ou a um modelo de desenvolvimento econômico?**

Não posso aceitar pacificamente a de que o projeto é necessariamente microeconomia. Ele é também macroeconomia, dependendo de o que se põe no projeto. Se abordamos o projeto do ponto de vista do custo social, do benefício

social implícito no produto, estamos fazendo macroeconomia. E, depois, temos de partir do fato de que, antes de pensarmos em desenvolver este país, ele se estava desenvolvendo. Isso tem uma lógica, não acontece por acidente. Embora a percepção dessa lógica não fosse a mesma em todas as cabeças, todos nós tínhamos a ideia de que o país estava crescendo e que esse crescimento encontrava pontos de estrangulamento. E o ponto de estrangulamento, no caso brasileiro, ficava em grande parte classificado já na pauta de importações do país, o que é um benefício, porque outros têm de pesquisar seus pontos de estrangulamento muito mais trabalhosamente. Então, a ideia da substituição das importações conferia ao projeto uma dimensão macroeconômica. E a nossa filosofia no Banco foi essa! Cada economista, durante a sua vida, arma na sua cabeça um modelo de desenvolvimento da economia de seu país, e não pode pensar um minuto sem isso. Esse modelo não é necessariamente explícito, ou não é explícito, e não é igual para todos. Mas todos nós temos o nosso modelo, e de um modo geral fomos avançando e chegamos a um acordo quando definimos que determinada atividade constitui-se objetivamente em ponto de estrangulamento, e que é preciso rompê-lo. Ao rompê-lo, liberamos forças que colocarão em evidência outros pontos de estrangulamento. O crescimento tem sido consequência disso. Isso, pelo menos no Departamento Econômico do BNDE, onde eu trabalhava, era uma ideia já muito arraigada em meados dos anos 1950. A minha tese de concurso para o BNDE é sobre esse assunto.

### **Como era o trabalho do Conselho do Desenvolvimento?**

O Conselho era praticamente um ministério. Havia a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento. O Conselho de Desenvolvimento, para todos os fins práticos, era a Secretaria.

### **A excelência técnica do Plano de Metas<sup>251</sup> foi reconhecida pelo embaixador dos Estados Unidos. Quais as dificuldades que tivemos para elaborá-lo?**

Alguns dos projetos, que depois se encarnaram em metas, ou em parte delas, vieram da Comissão Mista para o BNDE, e depois passaram pelo crivo do próprio Banco. Outros não o foram, eram projetos que foram, de certo modo, inspirados pela SUMOC<sup>278</sup>, que criou várias áreas de tratamento cambial, inspirando, conseqüentemente, empresários brasileiros. Quando chegou o presidente Juscelino<sup>197</sup>, esses projetos, de história muito diversificada, estavam subindo de

todas as partes da administração. Nem todos os projetos tiveram o mesmo desfecho: algumas metas foram superadas, e outras simplesmente esquecidas. Dentre as metas, lembro-me de algumas que foram brilhantes. Quando coordenei a elaboração do último relatório do Conselho de Desenvolvimento, consegui encontrar três definições diferentes para a meta do carvão: nós tínhamos 3 milhões, 7 milhões e 14 milhões de toneladas, quer dizer, realmente significava um projeto mal elaborado em relação ao Estado, e não era possível que fosse feito dessa maneira. O Programa de Metas<sup>251</sup> era uma tentativa de armar uma visão setorializada da economia, o que era um avanço muito grande em relação a qualquer coisa que se tivesse feito antes. Mas, na realidade, na base nós tínhamos projetos estudados em níveis diferentes. O Banco participou, no seu processo normal, da elaboração de alguns. O primeiro estoque de projetos em que o Banco se aplicou foram os que vieram da Comissão Mista. Nós passamos a trabalhar nos projetos ferroviários, de portos, que vieram da Comissão Mista. Nós representávamos necessariamente a problemática que estava sendo armada naquele momento. Tinha-se da indústria automobilística, por exemplo, uma ideia completamente diferente da que prevaleceu depois. O presidente Juscelino, depois que deixou a Presidência, de volta de sua viagem à Europa, perguntou-me: “Afim, o que é que estava errado no que nós fizemos?” “Acontece que aquilo que nós fizemos tem consequências, e nós não estivemos atentos às consequências que aquilo teria. Nós criamos uma indústria produtora de bens duráveis, e o sistema financeiro que temos não foi feito para isso.” Realmente, precisamos ter humildade no tratamento dessa matéria, compreender que as coisas não se passam necessariamente como se deseja e que entre a intenção e a realidade vai um abismo muito grande, mas o fato é que nós seguimos trabalhando. Foi um trabalho difícil, duro, em que cada qual apresentava a sua visão – mesmo no corpo técnico, tínhamos visões chocantemente diferentes –, como temos ainda. A minha experiência no Programa de Metas pega já a parte final, porque, embora o conjunto da equipe do BNDE se comprometesse ao lado da Secretaria do Conselho, na realidade havia uma divisão de trabalho. Todos nós, economistas e técnicos, recebíamos um suplemento de salário pela nossa contribuição no Conselho, mas alguns de nossos colegas estavam lá *full-time*, e outros *full-time* aqui. Na primeira parte do trabalho, eu estive *full-time* no BNDE e no trabalho de governos estaduais para o qual o Banco me designou. Depois, na fase final, eu estive *full-time* no Conselho. De maneira que, realmente, o que havia era isso. Os projetos tiveram tratamento muito desigual. Na época isso não chocaria ninguém.



Se formos analisar as metas, vamos verificar que algumas delas tinham definição bastante elevada e outras não tinham; algumas correspondiam a uma problemática amadurecida, e outras não. Então, nós tomávamos iniciativas que caíam num poço. Essa foi a minha experiência. Pude vê-la pelo fato de eu estar no fim do processo, examinando-o para trás, julgando o trabalho de meus antecessores, porque coordenei o grupo técnico do Conselho de Desenvolvimento na etapa final, nos anos 1959 a 1961.

**Como o senhor vê a questão do relacionamento de uma agência como o BNDE no conjunto do setor público naquela época e nos tempos mais recentes?**

Houve uma mudança muito grande. Como vimos, o que havia no Brasil de órgãos de planejamento era, a rigor, um serviço lateral do BNDE. A Secretaria eram os órgãos técnicos do BNDE, trabalhando lateralmente com a sua missão. O BNDE, portanto, além de ser o que havia de Ministério de Planejamento no Brasil, era outra coisa, porque não há outro órgão da administração muito maior do que o BNDE. Surgiram e cresceram outros órgãos imensos e poderosos, como, por exemplo, o Sistema Nacional de Habitação<sup>275</sup>, coisas que surgiram, muitas delas, pensadas aqui. Aqui se pensou muita coisa que não morreu, que eventualmente cresceu e tornou-se independente de nós. Cerca de dez anos atrás, o BNDE empreendeu um debate, quando a Booz Allen<sup>46</sup> o estava organizando, sobre qual seria a nova missão do Banco no quadro atual do país. Evidentemente, podia-se admitir como fundamentalmente válido que nós havíamos cumprido uma missão, mas agora o país havia crescido mais do que nós e tínhamos de designar para este órgão uma nova inserção, quais novas funções ele deveria ter, que foi uma pergunta explicitamente formulada pela Booz Allen: “Os senhores querem que nós reestruturemos um organismo para uma finalidade específica. Conforme seja essa finalidade, daremos a ela a feição consequente”. Era exatamente o que eu já havia dito na primeira vez em que fui chamado para discutir o assunto. Se nós soubéssemos exatamente para que o queríamos, possivelmente não precisaríamos deles, resolveríamos nós mesmos o problema. Mas acontece que nós tínhamos de pensar no caso, porque não poderíamos resolvê-lo sem ter algumas referências para isso. Vários técnicos foram chamados – eu, inclusive – para dar uma resposta à pergunta específica da Booz Allen. A minha resposta foi a seguinte: “O BNDE deverá ser, basicamente, o órgão da logística do sistema financeiro nacional. E nós vamos encontrar certos problemas, com os bancos da linha de frente, a Petrobras

e a Eletrobrás explorando determinado tipo de aplicação. Atrás deles, porém, resolvendo uma problemática que lhes é comum, deveremos estar nós”. Uma de nossas missões fundamentais será esta: a resolução desses problemas. E resolver também um problema que é peculiar ao nosso desenvolvimento: toda vez que na economia brasileira o governo levanta um programa novo - que ainda não se sabe se vai dar origem a um projeto singular, único - o que surge é um problema novo que vem cair nas nossas mãos. Pois se, ao contrário, fôr apenas o primeiro de uma série de projetos, com o tempo, teríamos um outro órgão especializado para dele ocupar-se. Então, o BNDE deverá ter uma técnica bastante eclética para o tratamento desses problemas singulares, novos, e para resolver aqueles problemas específicos de segunda linha. Vamos ter de dar prioridade ao desenvolvimento dos serviços de utilidade pública. O serviço de utilidade pública não pode funcionar como uma indústria qualquer, vai exigir um tratamento especial no que concerne ao problema da garantia. Ele pode oferecer o seu imobilizado por garantia, mas acontece que o imobilizado no serviço de utilidade pública é inalienável; portanto, é preciso que haja alguém que receba esse imobilizado em nome do Estado, que é o único que pode recebê-lo, e ofereça em troca uma outra garantia aceitável pelo bem público. É o problema que está aí, que está surgindo agora sob forma de proliferação de debêntures, que são apenas um instrumento no encaminhamento deste problema. A discussão foi encerrada e não sei qual direção tomou; as conclusões nunca foram comunicadas ao corpo técnico. No tempo em que eu estava aqui, estávamos procurando um papel específico para o BNDE dentro do arcabouço geral do setor público brasileiro, que é enorme. Em alguns programas, em certa época, o BNDE foi o centro; ele não é mais o centro, mas tem um papel importante a desempenhar. Outros colegas nossos achavam que o BNDE deveria constituir-se como uma espécie de banco especial da indústria pesada, o que me parecia uma proposição inadequada. Eventualmente podem surgir organismos específicos para isso que, não obstante, só poderão operar se certos problemas de logística puderem ser formulados adequadamente. Portanto, vê-se que, na realidade, não há um problema específico do Banco: o país cresceu. A alguns parecia que o Banco devesse ser especializado, por exemplo, em indústria pesada; outros - é o meu caso - achavam que não, que eventualmente poderá tratar dos assuntos específicos da indústria pesada, ou de qualquer assunto de setores ainda não amadurecidos, para ter um planejamento mais sistemático, mas que, afinal de contas, deve buscar uma função específica, que é justamente ficar por trás desse sistema criado para a abordagem direta dos problemas.

### **Como o senhor vê essa nova problemática de inserção institucional do Banco, muito diferente do passado?**

Quando o BNDE foi criado, não havia no Brasil nada parecido com o chamado Sistema Nacional de Habitação, um órgão financeiro de poder extraordinário, que se desenvolveu ao lado do Banco, representando um salto. Enquanto o BNDE era o órgão que aplicava recursos fiscais havia um sistema que captava seus próprios recursos, representando, portanto, um alcance muito grande. Embora fosse público na sua origem, esse órgão tinha recursos privados. O presidente do Banco chamou-me certa vez, quando se estava construindo o BNDE, perguntou a minha opinião, se eu não achava que estava havendo um desvio de recursos de atividades prioritárias para outras não prioritárias. A prioridade ainda é a vida, que exige a construção de casas em nosso país; nós estávamos criando megalópoles e, evidentemente, tínhamos de fazer frente a isso. Havia alguma coisa errada no fato de que nós, que éramos a entidade que tinha maior experiência no campo de investimentos, não estivéssemos participando da elaboração daquele órgão. O fato de estarmos fora é que estava errado! A prioridade em si não, porque, afinal de contas, nossas cidades estavam crescendo galopantemente e precisavam de pessoas que a elas se dedicassem. Por exemplo, o nosso plano siderúrgico fundamental foi construir a Usina de Volta Redonda<sup>79</sup> e a cidade de Volta Redonda<sup>292</sup>. Afinal de contas, não era possível fazer a usina sem a cidade. Se já tivéssemos uma cidade pronta, poderíamos colocar a usina onde está a cidade, mas se esta ainda não existe é preciso criar as duas. Nós, de fato, ficamos à margem desses processos – que resultaram na criação do sistema, que é o quarto do mundo atualmente e que se desenvolveu à margem – por ficarmos aqui repousando nos recursos estatais, enquanto o Estado intervinha na criação de um organismo em que entrava a captação de poupança privada e que determinou, por si e pelos órgãos paralelos, a resolução do problema, que estava em suspenso. Nós tínhamos criado, com o Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek, uma indústria de bens duráveis, tanto de produção como de consumo, e não tínhamos uma indústria que financiasse a sua venda. Com a criação desse aparelho o país deu um salto à frente. Grande parte do chamado “milagre” do Delfim<sup>18</sup> está ligado a esse fato, ao qual o Banco não é inteiramente estranho. Quando se estabeleceu a mudança institucional fundamental que permitiria a criação desse mecanismo, ou seja, a correção monetária, era ministro do Planejamento o antigo diretor-superintendente do BNDE, o professor Roberto Campos. De certo modo, isso passou um pouco como uma projeção do nosso

trabalho aqui dentro, porque esse assunto não era absolutamente novidade para nós; nós discutíamos a correção monetária já havia tempos. Foi também no BNDE que se tomaram medidas como, por exemplo, a introdução da correção cambial na tarifa, das diferenças cambiais nos investimentos estrangeiros. Era uma forma de correção monetária limitada aos investimentos estrangeiros numa determinada área, mas já era correção monetária. Dez anos depois, nós viemos a estender a medida a uma área maior, mas na realidade já estávamos trabalhando nisso. Assim, também aqui, agora, podemos pensar algumas das medidas que estão maduras para serem tomadas e espero que isso produza seus frutos.

**Como o senhor está vendo a atividade do BNDE hoje e quais seriam as diretrizes gerais no sentido da continuidade daquilo que já vem acontecendo há 30 anos?**

Poderia encerrar quase como comecei. Representamos uma geração que foi confrontada com tarefas que sentíamos, talvez sem razão, acima de nossas forças; não estavam tão acima de nossas forças porque, afinal de contas, respondemos ao desafio. Mas nós tínhamos razões para supor que não conseguiríamos, porque o Brasil não formava economistas, o número de engenheiros formados era pequeno e os engenheiros que tínhamos eram apenas engenheiros civis. Agora não. Vocês são um quadro muito mais integrado, muito mais completo. Conheço vocês, tenho a maior admiração e sei que podem fazer muita coisa, se não tiverem medo da tarefa. Hoje o nosso enfoque geral é diferente, nós pensamos uma economia em desenvolvimento, temos uma ideia do que seja esse desenvolvimento, a ideia do modelo operante já é uma coisa mais ou menos comum. Há muita coisa em comum entre o meu modelo e o de vocês, o que no meu tempo não havia, cada um tinha o seu modelo... Consequentemente, vocês podem estudar problemas. Eu conheço vocês; apesar de estar aposentado há seis anos, eu acompanho o trabalho de vocês e acho que vocês são os filhos herdeiros do nosso trabalho.